

Muda a postura do governo Collor frente aos credores externos

Igor Cornelsen *

Quem leu o discurso de Zélia Cardoso de Mello por ocasião da reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Nagoya em março e o da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em abril deve ter percebido uma grande mudança. O discurso em Nagoya foi terceiro-mundista, anacrônico, que faz bem ao ego e mal ao "bolso", e o de Washington foi objetivo, primeiro-mundista, que faz bem ao "bolso" sem prejudicar o ego.



Primeiramente gostaria de saudar a diferença, muito mais como brasileiro, pai de dois filhos menores, do que como diretor de um banco da City de Londres. A mudança representará um grande alívio nas contas externas brasileiras ainda em 1991 e principalmente no futuro imediato. O que o Brasil desembolsará em pagamentos a curto prazo será muito menos do que receberá em novos créditos externos dos organismos multilaterais, nações desenvolvidas, bancos comerciais e principalmente investidores privados (evidentemente mantida a mesma postura para o futuro).

O acordo com o FMI e com os demais credores possibilitará um aumento substancial das reservas externas do Brasil, trazendo consigo as seguintes vantagens:

a) Uma grande melhora psicológica. O "baixo astral" que nos domina desde 1986, quando começamos a confrontar credores, tende a mudar com um grande acerto com os credores, como ocorreu no México, Venezuela, Costa Rica, Uruguai, etc.

b) Os custos da dívida externa baixarão, favorecendo os exportadores e importadores, que tenderão a ser mais agressivos na ampliação dos seus negócios, favorecendo os níveis de emprego e suavizando a crise recessiva. Numa segunda fase, esse processo atingirá as outras empresas do mercado.

c) O fim da recessão aumentará o pagamento de impostos, atenuando a crise fiscal dos governos federal, estaduais e municipais, criando um círculo virtuoso que permitirá uma melhora social.

d) Uma melhor economia permitirá uma maior estabilidade à incipiente democracia recém-restabelecida no Brasil e provavelmente terá influência benéfica nas mudanças constitucionais que se fazem necessárias.

e) Novos investimentos, tão necessários à redução da crise social, serão viabilizados.

f) A tão esperada integração no Primeiro Mundo será viabilizada. Confronto com credores externos e integração com o Primeiro Mundo são incompatíveis.

g) A confiança no futuro do Brasil retornará porque,

apesar dos erros e fracassos dos últimos anos, o Brasil continua ainda com o maior potencial de crescimento econômico do mundo.

Os leitores perceberão o apoio externo que o Brasil obterá com essa mudança de atitude. Credor algum quer ver seu cliente quebrar para lhe pagar o que deve; pelo contrário, quer viabilizar esse cliente para continuarem a se desenvolver juntos.

Mas gostaria de especular um pouco o que fez com que Zélia Cardoso de Mello mudasse seu discurso e levanto duas hipóteses básicas:

1) Zélia Cardoso de Mello e o governo Collor chegaram à conclusão de que confrontar credores leva somente à pobreza e à desesperança, como tão eloquentemente Brasil, Peru e Argentina o vêm provando desde meados da década de 80, enquanto outros países, até mais endividados, como o Chile e mais recentemente a Venezuela e o México, têm provado que acordo com credores é uma parte muito importante das mudanças necessárias para melhoria do desempenho econômico e conseqüente melhoria na qualidade de vida daquelas nações.

2) O governo Collor prepara uma reforma econômica semelhante à da Argentina, após o advento do ministro Domingo Cavallo à pasta da Economia, que seria a vinculação da moeda local ao lastro dólar, com o apoio do governo dos Estados Unidos da América, do FMI e do Banco Mundial.

Particularmente, acredito nas duas hipóteses: tanto o governo Collor aprendeu que confrontar credores não leva a lugar nenhum como também já sabe que só sairá da superinflação ou da hiperinflação reprimida com total apoio externo e só há um grande fornecedor desse apoio para um país das dimensões do Brasil.

Que seja bem-vinda a mudança.

Brevemente começaremos a ver os brasileiros que levaram seus capitais ao exterior recomprar dos bancos privados internacionais as dívidas externas brasileiras, a exemplo do que ocorreu no Chile, no México e na Venezuela, e realizar grandes ganhos de capitais.

O discurso de Zélia torna a compra de dívida externa brasileira, nos atuais níveis de preço, um dos melhores negócios da década de 90, pois a dívida externa brasileira é, ainda hoje, metade da chilena, em relação ao tamanho da economia daquele país. A brasileira é, porém, uma economia muito mais viável.

A dívida chilena valia 55% do valor de face em 1986 e hoje vale mais que 85%, a venezuelana valia 30% ainda no início de 1990 e hoje já vale 70%. Se o Brasil continuar nesse caminho, os lucros que a dívida brasileira proporcionará serão muito maiores aos seus investidores do que os que já proporcionarão as dívidas chilena, mexicana e venezuelana.

* Diretor do Chartered WestLB Ltd.